

CONFERÊNCIA 'O SISTEMA FINANCEIRO PORTUGUÊS 40.000 MILHÕES DE IMPARIDADES DEPOIS'

Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
26 de Janeiro de 2016

Começo por agradecer ao Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira o convite que me fez para participar neste evento e que aceitei para procurar transmitir alguns aspetos da visão do sector bancário sobre a situação atual que vive e os desafios que enfrenta.

A reputação da banca nacional está em mínimos, em larga medida ampliada por casos lamentáveis, como os do BPN e do BES, ainda que, neste sector, mais do que em qualquer outro, exista uma tendência para generalizar, pagando os justos pelo pecador.

A recuperação da reputação do sector passa por duas vias: pelo reconhecimento de erros efetivamente cometidos e implementação de ações corretivas e por iniciativas que visem garantir a confiança dos clientes e dos cidadãos, com enfoque na transparência e no compromisso ético, centradas numa ação coerente para reforço de uma cultura bancária baseada nos valores da integridade, idoneidade, rigor, responsabilidade e em governos societários exigentes.

A atividade bancária funda-se na confiança, as suas decisões implicam risco (sendo que a avaliação e gestão do risco são fulcrais na performance dos bancos) e, pelo facto de gerir o dinheiro dos depositantes, obriga à máxima responsabilidade.

Mas a confiança não depende só do desempenho dos bancos, está intimamente ligada à estabilidade política e macroeconómica e à perceção dos mercados e dos clientes.

Uma banca responsável, forte, moderna e confiável, bem capitalizada, rentável e competitiva, é indispensável ao desenvolvimento económico e social. Por isso, o poder político e as autoridades têm um papel chave na promoção e defesa da estabilidade do sistema financeiro.

A situação da banca portuguesa merece, hoje, particular atenção?

Não devemos nunca fugir à análise rigorosa da realidade.

E a primeira constatação que devemos recordar é que **não foram as dificuldades da banca** (mesmo não esquecendo os casos BPN e BPP) **que nos conduziram à necessidade do resgate e à negociação, pelo Governo de então, do MoU de que resultou o PAEF – foi a situação das finanças públicas.**

O nosso **sector bancário**, depois de demonstrar grande resiliência e um dos melhores desempenhos a nível da banca europeia no período da crise internacional 2008-2010, **foi afetado** pela **crise da dívida soberana** e pela consequente, inevitável e **profunda recessão económica** 2010-2014.

O sector bancário foi vítima da crise da dívida soberana, teve de proceder a medidas de reparação, reestruturação e fortalecimento que, em alguns casos, não estão ainda concluídas, mas **está vivo** – respondendo ao título deste painel – **ativo** e necessita de **condições menos desfavoráveis e muito mais realistas e coerentes para regressar a patamares de rentabilidade satisfatórios**.

Pôr em causa o sistema bancário é um verdadeiro absurdo: não teremos crescimento, **não conseguiremos criar riqueza e distribuí-la gerando maior justiça social sem investimento e sem financiamento da economia** – e bem sabemos que os bancos são responsáveis por cerca de 75% das necessidades de financiamento das empresas.

Por outro lado, a vida dos cidadãos era muito mais difícil se os bancos não proporcionassem e gerissem um **sistema de pagamentos** dos mais **modernos, eficientes e seguros do mundo**.

Em breves *flashes*, porque o tempo é bem limitado, vou tentar:

- Apresentar a situação atual da banca portuguesa;
- Referir o trabalho intenso desenvolvido pelo sector desde o início das crises, procurando comparar com o que se passou noutros estados-membros;
- **Acentuar** que, se é bem verdade que a banca é o coração da economia, o funcionamento desta é determinante para a robustez e a rentabilidade do sector;
- Mencionar os maiores desafios de curto e médio prazo do sistema bancário nacional.

1 – Ponto de situação do Sector em flashes

(a) **Ativos:**

- procura de crédito insuficiente;
- sobre capacidade instalada (o que indicia potencial de consolidação);
- preço do crédito muito favorável para as empresas de baixo e médio risco;
- continua a aumentar o peso do crédito à exportação nos empréstimos às empresas: de 4,5% para 20,1% do total entre Dezembro de 2009 e Maio de 2015;
- a dívida das empresas em percentagem do PIB continua muito elevada (115% do PIB), só superada na Suécia, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e Chipre.

(b) **Liquidez:**

- bancos sem problemas de liquidez;

- forte redução da dependência do BCE (de 60,5 mil milhões de euros, em Junho de 2012, para 25 mil milhões, em Setembro de 2015), mas é importantíssimo que a República mantenha o *rating* de 'investment grade';
- bom comportamento dos depósitos (estável), responsável por quase 50% dos recursos;
- rácio crédito/depósitos atual de 104%.

(c) Rentabilidade:

- grande pressão sobre a rentabilidade – margem financeira esmagada, comissões sob pressão (injustificada, pois em Portugal são das mais baixas da Eurozona), custos de resolução e de regulação muito elevados;
- a muito baixa rentabilidade explica o reduzido interesse dos investidores privados no sector (em caso de conveniência ou necessidade de aumento de capital, este facto é importante).

(d) Solvência:

- rácios de capital adequados (embora em termos comparativos com congéneres europeus estejam no quartil inferior);
- o CET1 médio do sector era, em Setembro de 2015, de 11,6%, acima do requisito de 7%.

(e) Balanço:

- A melhoria do balanço de alguns bancos continua a ser objeto de atenção e atuação.

O legado da crise, os *legacy assets*, com relevo para o crédito imobiliário, pesam ainda no balanço de bancos, apesar do significativo registo de imparidades e reforço de provisões progressivamente efetuado, a par do enorme esforço realizado ao longo de duros processos de desalavancagem e reestruturação prosseguidos, que incluíram *venda de activos não core e não produtivos e writing down de ativos*.

O *stock* de NPL (*non performing loans*) que vários bancos possuem pesa também muito nos resultados. A recuperação de crédito é ainda retardada pela lentidão dos processos de insolvência de empresas. Seria também importante promover o mercado de créditos vencidos, dado o potencial de benefícios associados à sua venda.

2 – Evolução do sector desde Janeiro 2008

O título desta nossa Conferência é “O Sistema Financeiro Português 40.000 milhões de euros de imparidades depois”, chamando a atenção para o registo de imparidades acumulado desde 2008 e, principalmente, depois do MoU assinado em virtude da crise da dívida soberana.

Importa salientar este esforço realizado pelos bancos e entender as causas profundas da situação atual do sector.

Em **2007**, quando rebentou a crise *subprime* e a crise financeira global, os bancos portugueses eram **sólidos e modernos**, atingindo mesmo patamares de excelência em várias áreas, **com ROE superiores a 17%, níveis de solvência confortáveis, crédito a crescer ao nível dos dois dígitos**:

	31/12/2007	31/12/2010	31/12/2014
Crédito total	€313 mil milhões	€364 mil milhões	€270 mil milhões
Crédito em risco	3,6%	5,2%	12,0%
Depósitos	€196 mil milhões	€231 mil milhões	€252 mil milhões
Rácio de transformação	160,1%	157,8%	107,2%
Imparidades	€5,5 mil milhões	€9,9 mil milhões	€18,8 mil milhões
Rácio de solvência total	10,4%	11,1%	12,3%*
ROE	17,7%	7,7%	-18,6%
Capitalização bolsista	€22,1 mil milhões	€7,3 mil milhões	€5,7 mil milhões

* Novas regras CRR-CRD IV
Fonte: Banco de Portugal

Contudo, dada a facilidade de acesso a liquidez no mercado, também eles estavam endividados devido ao elevado nível de crédito concedido, como o **rácio de transformação crédito/depósitos da ordem dos 160%** evidencia.

Os bancos procuravam responder às políticas económicas e sociais vigentes e seguiam os *benchmarks* europeus no que respeita à avaliação de risco. *O contexto e as circunstâncias pesavam naturalmente nas decisões do crédito, que utilizavam as metodologias de avaliação do risco prevalentes.*

Registava-se uma concentração de crédito em sectores não transacionáveis, com grande relevância para o crédito à habitação e para os sectores imobiliário e da construção (embora não se tivesse registado em Portugal o fenómeno das bolhas imobiliárias).

A banca obteve naturalmente benefícios do seu negócio, que é a concessão de crédito. Mas os principais beneficiários foram o País e os seus clientes, que tiveram acesso a dinheiro fácil e barato.

A vulnerabilidade maior dos bancos estava na *política de provisionamento procíclica* seguida, normal em períodos de expansão económica, de que resultava um **nível de provisões baixo**.

Os muito baixos rácios de incumprimento e morosidade do crédito facilitavam essa política, aliás corrente noutros países europeus.

Em **2008**, entra-se em recessão económica e os bancos são instados a fazer, podendo utilizar garantias de Estado, um esforço para estimular a economia. Ao mesmo tempo, a sua rentabilidade é afetada, mas demonstram excelente resiliência face à crise. E, sob a égide do G20, começa a criar corpo uma nova regulação e supervisão, com novos requisitos e implicações. O mercado de capitais sofre, entretanto, enormes perdas e os bancos registam elevadas imparidades nas suas carteiras de participações e outros ativos. O incumprimento do crédito começa a aumentar.

Em **2010**, somos atingidos pela crise da dívida soberana, com os bancos, numa primeira fase, a serem chamados a apoiar o financiamento do Estado quando a banca internacional lhe fechou o acesso. O endividamento das empresas e das famílias tinha também atingido níveis muito elevados: 118% e 93% do PIB, respetivamente.

Quando se definiu o **MoU do PAEF** em Maio de 2011, no que respeita ao tratamento do sistema financeiro, optou-se por uma abordagem de **reconhecimento gradual das necessidades de capital dos bancos em função das imparidades efetivamente registadas, numa lógica de *going concern* e de desalavancagem, com consequente redução das necessidades de capital**. Era, aliás, a **abordagem compatível com o programa de recapitalização com ajuda pública fixada em apenas 12 mil milhões de euros**. A alternativa, que seria a adoção de um *frontloading* de capitalização dos bancos, requeria necessidades bem mais elevadas, e o pacote financeiro do PAEF não as comportava.

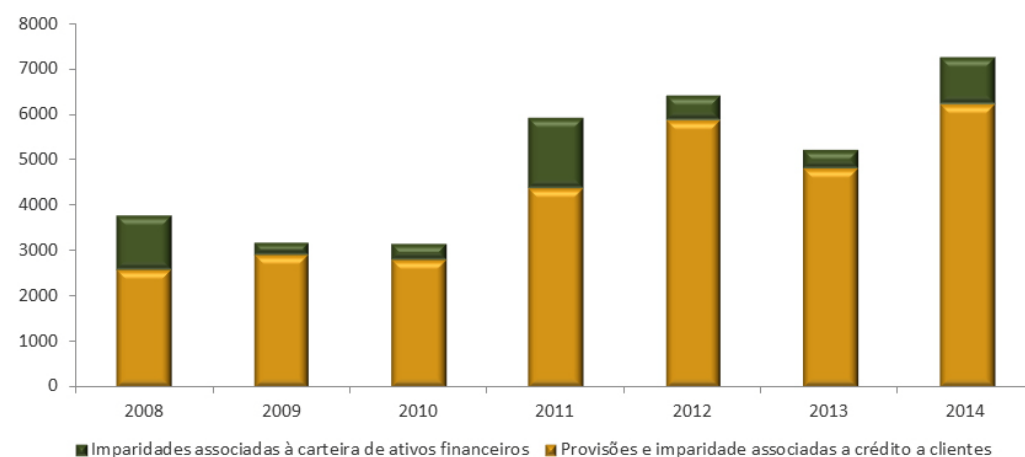
Assim, na sequência da crise da dívida soberana, o Sistema Bancário Português teve de implementar um profundo conjunto de ações que visavam a sua inserção no novo paradigma da banca europeia: **desalavancagem rápida e ordeira, capitalização, reestruturação e redução de custos e ajustamento dos seus modelos de negócio**. No entanto, na recapitalização dos bancos com recurso à linha dos 12 mil milhões de euros **não se terá avaliado devidamente o impacto da utilização dos CoCo's**, cuja remuneração altíssima – e que beneficiou as contas públicas – penalizou a rentabilidade dos bancos e o seu próprio capital. Por outro lado e, muito em especial, **não se adotou a utilização de veículos - como a APB então propôs - que permitissem retirar do ativo das instituições parte dos créditos de recuperação longa ou alto risco**.

No contexto das crises, internacional e soberana, o nosso sistema bancário reconheceu cerca de **40 mil milhões de euros de imparidades entre 2008 e 2014**, com enorme impacto na rentabilidade:

Reconhecimento de um nível elevado de imparidades

O nível acumulado de imparidades reconhecidas entre 2008 e 2014 atingiu um total de aproximadamente 40 mil milhões de euros.

Fluxo anual de imparidades (milhões de euros)



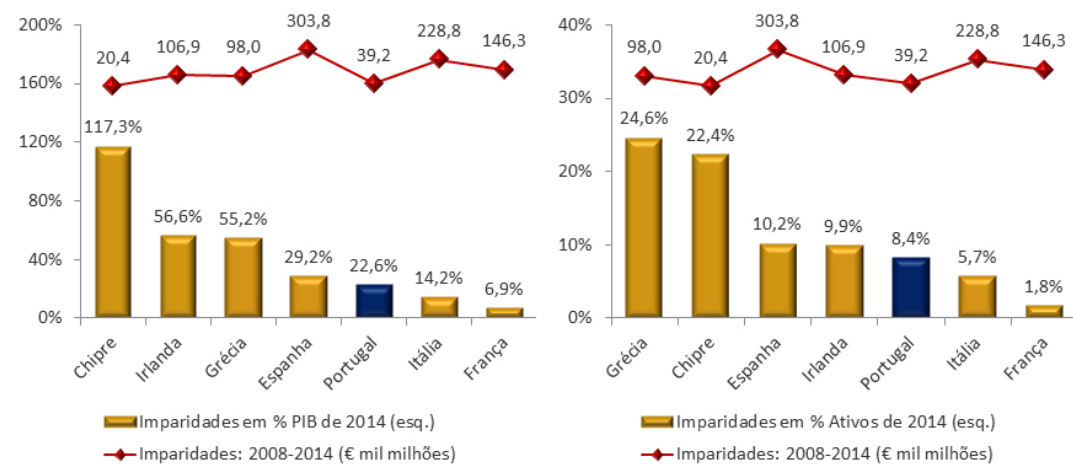
Fonte: Banco de Portugal

Este registo de imparidades foi inferior ao registado nos restantes países do Sul da Europa e na Irlanda:

Reconhecimento de um nível elevado de imparidades

O montante acumulado de imparidades reconhecidas, em % do PIB e do total de ativos, é inferior ao de alguns dos países denominados “vulneráveis”.

Imparidades entre 2008 e 2014 em % do PIB e do total de Ativos



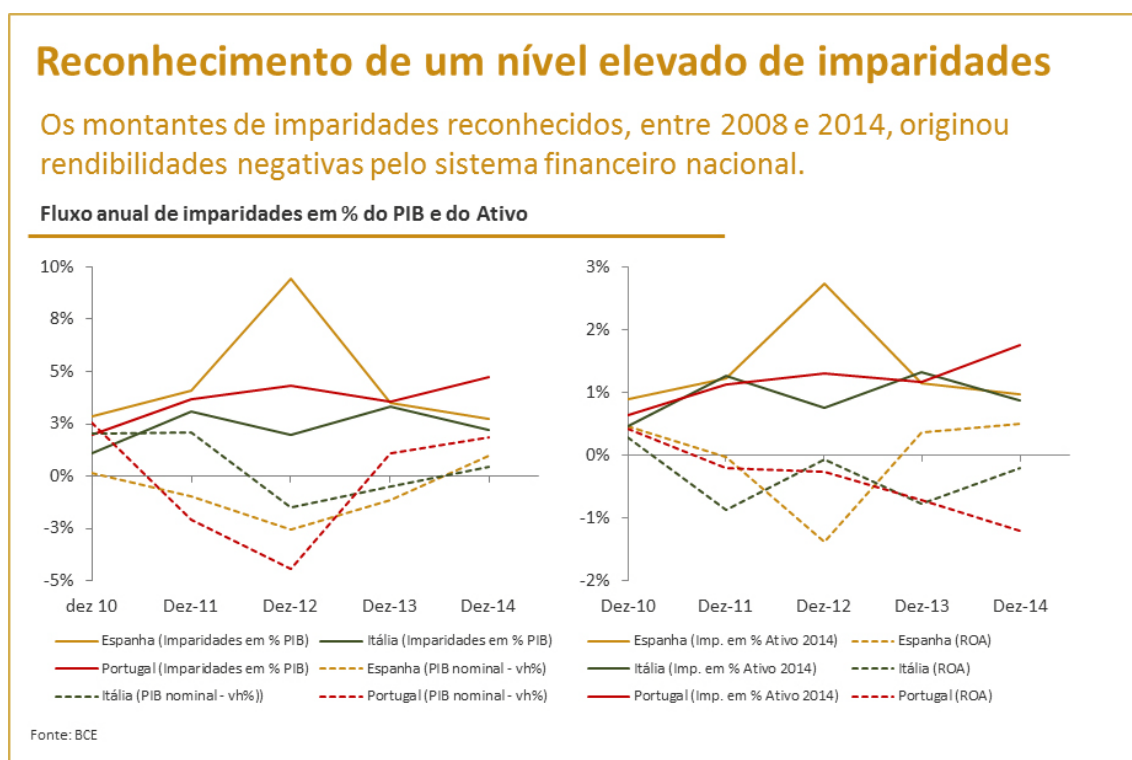
Fonte: BCE

Entretanto, o crédito em incumprimento disparou. Nas empresas, a taxa de crédito em incumprimento subiu de 3,5% em 2008 para 17,6% em 2014.

Como se salienta no *Working Paper do Think Tank BRUEGEL* 'A vulnerabilidade dos pequenos e médios bancos europeus', "os bancos vulneráveis são, tipicamente, muito prejudicados pelos NPL às empresas: "Bankrupt debtors hurt banks, which led to reduced credit availability and more stress on debtors. **The SMBanks are burdened by non performing corporate loans**".

Esta é a causa mais profunda do registo de imparidades e deriva em larga medida de subcapitalização e excesso de endividamento das empresas e das famílias.

As imparidades reconhecidas entre 2008 e 2014 originaram rendibilidades negativas:

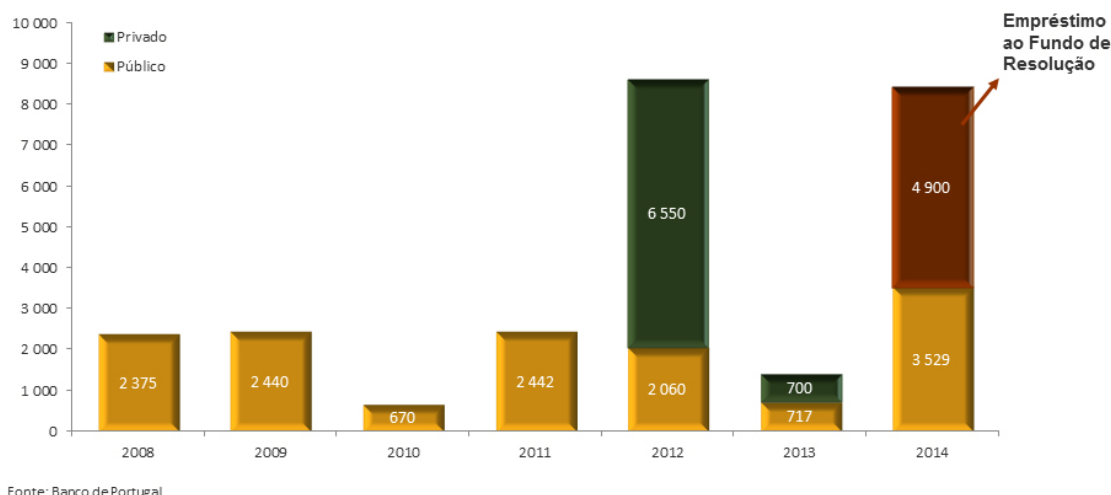


O esforço de recapitalização dos bancos entre 2008 e 2014 foi muito significativo: **atingiu 26,3 mil milhões de euros**, dos quais **14,2 mil milhões por recursos privados**, 7,2 mil milhões com recursos públicos (incluindo CGD) e 4,9 mil milhões via Fundo de Resolução:

Necessidades de aumento de capital

O elevado reconhecimento de imparidades, com repercussões negativas na rentabilidade, originou a necessidade de aumentos de capital.

Aumentos de capital dos oito maiores grupos bancários portugueses (milhões de euros)

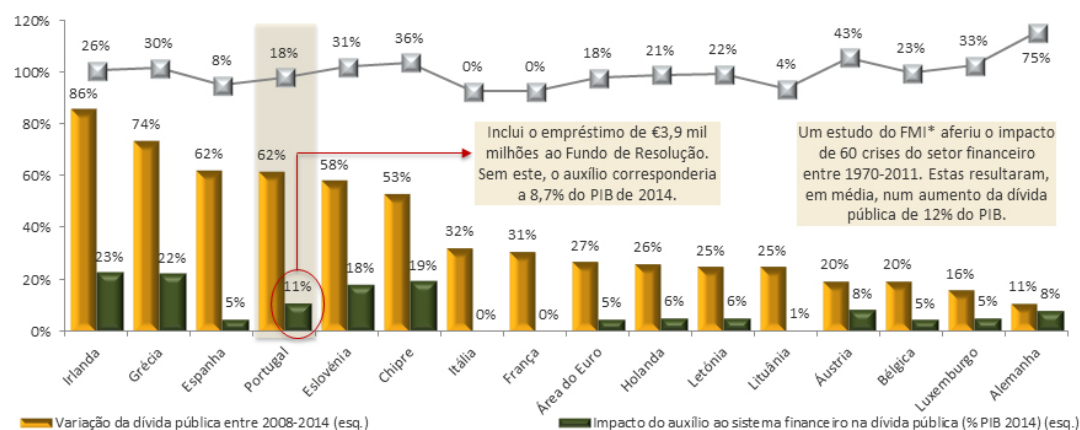


O impacto do **auxílio público** ao sistema financeiro foi idêntico ao verificado na Área Euro, representando 8,7% do PIB sem o empréstimo ao Fundo de Resolução e 11% do PIB com este. As garantias concedidas ao sector financeiro atingiram o máximo de 9,5% do PIB em 2012, representando cerca de 3,6% do PIB em 2014 e situam-se na média do ocorrido na Zona Euro:

Auxílio ao sistema financeiro

O impacto do auxílio ao sistema financeiro foi idêntico ao verificado na Área do Euro, representando 18% do aumento da dívida pública entre 2008-2014.

Impacto do auxílio ao sistema financeiro (de 2008-2014) na dívida pública (em % do PIB de 2014)

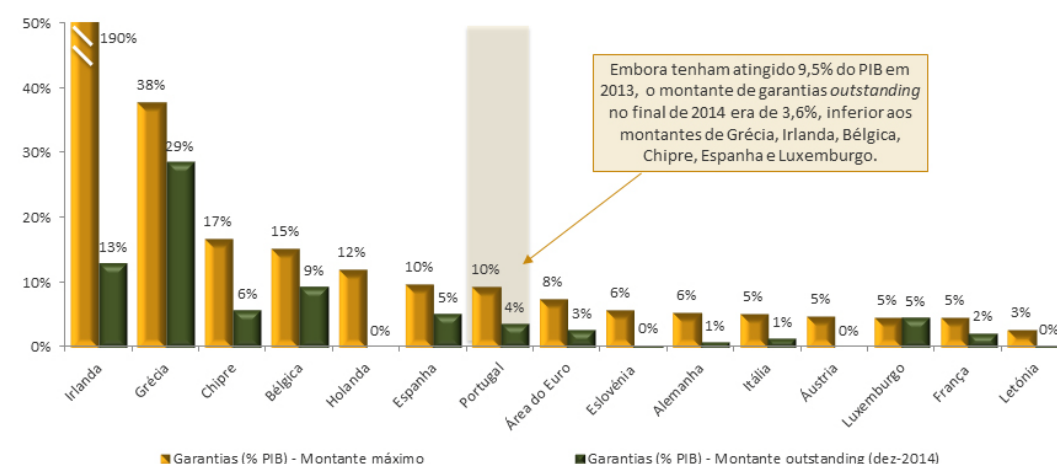


*"From Banking to Sovereign Stress - Implications for Public Debt", FMI, 2015
 Fonte: BCE

Auxílio ao sistema financeiro

As garantias concedidas ao setor financeiro atingiram um máximo de 9,5% do PIB em 2012, representando aproximadamente 3,6% do PIB em 2014.

Garantias concedidas ao setor financeiro em % do PIB (montante máximo e montante *outstanding*)



Embora tenham atingido 9,5% do PIB em 2013, o montante de garantias *outstanding* no final de 2014 era de 3,6%, inferior aos montantes de Grécia, Irlanda, Bélgica, Chipre, Espanha e Luxemburgo.

3 – Desafios de curto e médio prazo do sistema bancário

No atual contexto de grande incerteza nos ambientes político, geopolítico, económico e financeiro, os principais desafios que os bancos enfrentam são nomeadamente os seguintes:

- 1º Recuperação da rentabilidade;
- 2º Adaptação ao novo quadro da regulação e da União Bancária, salientando que a responsabilidade da supervisão prudencial e da resolução transitaram para Autoridades Europeias (passando o Banco de Portugal a ter, no novo quadro da União Bancária, o papel reservado às Autoridades de Supervisão e de Resolução Nacionais, mantendo-se responsável pela estabilidade financeira e pela supervisão comportamental);
- 3º Ajustamento dos modelos operativo e de negócio dos bancos, que derivam da necessidade de completar os processos de desalavancagem e de reparação dos balanços e da busca da rentabilidade; das profundas alterações resultantes da interação entre novas tecnologias digitais e os comportamentos dos clientes; da entrada em cena de outros atores financeiros (*shadow banking*) e novos operadores;
- 4º Recuperação da reputação e aprofundamento do *Corporate Governance* bancário;
- 5º Acompanhamento intenso dos processos relacionados com a resolução do BES e do BANIF, onde é fundamental minimizar as contribuições dos bancos para o Fundo de Resolução.

No que respeita à rentabilidade, cito Ana Botín num recente discurso:

“Quando um banco é rentável, é muito o que pode fazer:

- pode conceder mais crédito aos clientes;
- pode ajudar a criar emprego e a suportar o crescimento económico;
- pode reinvestir os seus ganhos para fornecer melhores produtos e serviços;
- pode conceder maiores dividendos aos investidores (e assim atraí-los);
- pode desenvolver programas filantrópicos”

No caso concreto dos nossos bancos, aumentar a rentabilidade dos bancos é uma primeira prioridade, designadamente para permitir o reforçar o capital próprio dos bancos, fortalecendo-os.

No rescaldo de momentos de crise, as lições devem e têm de ser retiradas. **Mas o processo tem de ser construtivo, atuando sobre as causas e tendo em conta a realidade.** Ao escrutínio, natural e necessário, deve corresponder conhecimento de causa. Assistimos por vezes, a comentários que defendem uma coisa e o seu contrário, por exemplo, quando se exige muito maior rigor e prudência na concessão de crédito, mas ao mesmo tempo se aponta o dedo aos bancos dizendo que estes não apoiam as necessidades de financiamento das empresas, ou quando se pede rentabilidade e solidez e, em simultâneo, se contestam os meios legítimos de obtenção de receitas. **Tem de se ter presente que a banca é não só o coração, mas também um espelho da economia:** a resolução dos problemas estruturais da economia, em especial os problemas da subcapitalização e do excessivo endividamento, determina em larga medida os desafios que a banca atravessa.

É, por isso, imprescindível que se interiorize quão fundamental é a saúde do sistema bancário para o desenvolvimento económico e social do nosso país e se trabalhe intensamente – Governo, Reguladores, Bancos e seus *stakeholders* – para o seu fortalecimento, envolvendo ação estratégica tanto quanto possível consensual.

Fernando Faria de Oliveira